

REVISTA
ESTUDOS
TRANSVIADES

2023
V. 4
N. 9

OKARA YBY

E'A



ISSN 2764-8133

p. 18

okarayby@gmail.com

Okara Yby (elu/ela) - Indígena em retomada para o povo potyguara (PB), pessoa kontrabynárya, psicólogue (UFF). Pesquisa de forma autônoma expressões de gênero, corporalidade, sexualidade, afeto e relações dos povos originários. É proponente do (per)curso "Transcestralidade Indígena" na plataforma Brava (online)



Okara Yby

ISSN 2764-8133

p. 19

TRANSCESTRALIDADE INDÍGENA

Okara Yby

*Dedico este escrito à Amanda Iauara Kaeté,
nossa querida travesty tupy
que se encantou
Aíúbeté*

O texto a seguir foi redigido a partir da transcrição da live realizada junto à Revista Estudos Transviades em julho de 2023, com o tema “Transcestralidade Indígena”:

As principais referências que tenho utilizado para esse tema são o texto Colonialidade e Gênero (2020) da Maria Lugones [1] (com enfoque no conceito de Colonialidade do Gênero [2]), o livro “A invenção das Mulheres” (2021) da Oyèrónké Oyéwùmí [3] e o livro “Existe Índio Gay?” (2019) do Estevão Fernandes [4]. Gostaria de ressaltar a capa desse último livro. É uma pintura com figuras demoníacas, no meio do caos, que na verdade é uma representação dos povos indígenas, das suas práticas sexuais e seus modos de vida, pelo olhar do colonizador. Outra escritora que gosto e que Lugones cita no seu texto é a Paula Gunn Allen [5]. Ela é uma indígena norte-americana, que escreveu o livro “The Sacred Hoop” (1992), onde fala um pouco de gêneros, sexualidades e organizações sociais dos povos indígenas da América do Norte. E também tenho como referência as existências de Tybyra e Çacoaeimbeguira.

A Colonialidade do Gênero é esse conceito que a Maria Lugones vai desenvolver a partir do Aníbal Quijano [6], um sociólogo que desenvolve os conceitos de Colonialidade do Poder e Colonialidade do Saber, que seriam as repercuções da colonização e organizadores do mundo moderno. A forma como o poder se organizou desde o período colonial, o capitalismo decorrente disso, a forma como a economia funciona, tem relações com a colonialidade do poder. A colonialidade do saber, que existe entrelaçada com a colonialidade do poder, seria o processo de controle dos saberes que vem da colonização, em que o saber eurocêntrico prevalece e os demais são rejeitados, até extermínados. E não apenas os saberes originários vão sendo extermínados, mas como os saberes brancos vão sendo impostos a esses povos. Bem, a Maria Lugones dá uma puxada de orelha no Quijano, que no seu trabalho mostrac como o poder, o trabalho, o saber são moldados pela colonialidade, mas ignora que as noções de sexo biológico e gênero, não? Lugones defende que tudo o que a gente entende como gênero, sexo, sexualidade é interferido e moldado pela colonialidade. Essa ideia de que todos os humanos têm uma noção de macho e fêmea, corpos femininos e masculinos, homem e mulher, em todos os períodos históricos, é uma produção colonial, que ela chama de sistema de gênero moderno/colonial.

Nessa discussão também é importante lembrar que existe uma diferença entre o binarismo de gênero e o dualismo. Podem existir referências femininas ou masculinas, yin/yang [7], polaridades, mas isso não necessariamente quer dizer que existam papéis sociais fixos, intransponíveis, para as pessoas, né? Isso é algo que a Rita Segato [8] aborda no texto “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial” (2012), mas como ainda não me aprofundei nele, não falarei tanto sobre isso hoje.

Segundo, Oyèrónké nos apresenta várias dimensões de como a colonização européia (inglesa) criou o gênero dentro do povo dela. Ela fala pra gente como que a sociedade yorubá [9] não tinha demarcação de gênero, porém, hoje em dia o pessoal do território dela é bastante generificado e acredita que sempre foi assim. Como que isso acontece? Uma das formas é pela linguagem, ensinando o inglês, para um povo que não tinha nenhuma demarcação de gênero na sua língua. Também reorganizam toda a sociedade, o trabalho, a educação, por sexo biológico, o que antes não acontecia. A colonização recria tradições e a gente esquece quem a gente já foi.

Uma discussão que se aproxima disso é o que tem acontecido em alguns terreiros de candomblé [10], por exemplo, em que se fala sobre reafricanização. Nesses espaços, fica a pergunta “o que é a tradição?”, a tradição é aquilo que foi tirado dos mais velhos e nem eles conheceram, ou é o que os mais velhos conhecem mas já passou por alterações coloniais? Infelizmente, os nossos mais velhos já esqueceram muitas coisas. Vamos reivindicar aquilo que tem sido passado nas últimas décadas ou o que era passado antes dessas décadas? Oyérónké diz que hoje em dia existem vários iorubá que estudam a sua própria sociedade e defendem que o gênero e o patriarcalismo sempre esteve lá. Ela faz frente a isso no trabalho dela.

Voltando às traduções coloniais da língua: o povo dela tem palavras para falar do corpo que é capaz de gestar e do corpo que não gesta. Essas seriam características puramente reprodutivas. A palavra que se usa pra quem gesta é obìnrin e a palavra para quem não gesta é okunrin. Ela chama isso de “distinção necessária sem diferença social”, pois é uma forma de dizer aquilo que um corpo pode fazer reprodutivamente, mas não existe nenhuma relação disso com dizer que porque esse corpo gesta, ele será um corpo feminino, mãe, esposa, heterossexual. A capacidade reprodutiva e corporalidade não lhe atribui função social. Assim, é possível falar de corporalidade sem você atribuir gênero.

Isso me lembra a discussão ao redor do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que não colocou a categoria “gênero” e, sim, “sexo” nesse último Censo [11]. Disseram que se tirar a categoria “sexo” vão estar “apagando a realidade do sexo biológico feminino”. Mas os termos “mulher cis”, “transmasculino”, “pessoa não-binária com útero” falam diretamente das necessidades de um corpo, só não impõem a mulheridade e a feminilidade ao corpo com útero, vulva etc Me parece que o incômodo mesmo é com o dissolvimento da categoria colonial de “fêmea” e “mulher”.

Outro tema importante é das pessoas intersexo, que está presente no texto de Lugones. Existe essa premissa de um binário absoluto dos corpos, macho e fêmea, e isso escoa para as pessoas intersexo de forma muito preocupante. Existem mais de 45 estados intersexo conhecidos, e mesmo assim bebês e crianças intersexo são submetidas a várias cirurgias de caráter estético, que não têm como finalidade a promoção de saúde física, com a justificativa de que o desenvolvimento social e psicológico vai ser mais saudável, pois essa pessoa será “normal”, adequada. As equipes de saúde até orientam os pais a não contar pros filhos que nasceram intersexo, para não correr o risco de “atrapalhar o seu desenvolvimento saudável”.

Isso tudo é uma violência brutal. Nada disso é sobre saúde, é sobre controle, monitoração, limitação de imaginários. Se sabemos que essas pessoas existem, isso não só desestabiliza o binário absoluto de macho/fêmea, mas também a ideia de que as pessoas vão naturalmente se desenvolver de forma “feminina” ou “masculina” em função de sua corporalidade. Como uma pessoa intersexo vai se desenvolver? Ninguém sabe (que bom).

Também acho relevante refletirmos sobre a diferença no trato de cirurgias estéticas para pessoas cisgêneras ou endossexos [12]. Quando mulheres cis decidem botar silicone, ou quando homens cis decidem reduzir a mama (mamoplastia [13]), ninguém vai querer saber se a pessoa vai se arrepender depois, não demandam laudo médico e psicológico. Não vamos encontrar “ativistas” dizendo que estão “desrespeitando a realidade do corpo”, ou que é uma brutalidade remover “um órgão saudável, né?”. Não dizendo que a busca por essas cirurgias não podem estar associadas ao capitalismo, aos padrões de gênero, mas a forma como cada população é tratada difere muito.

Avançando, no livro “Existe índio gay?” (2017), Fernandes apresenta uma série de relatos, de jesuítas e demais colonizadores, sobre as práticas sexuais dos povos indígenas, práticas que, inevitavelmente, também falam de gênero.

Vamos percebendo por esses relatos que existia uma baixa monitoração de condutas sexuais, corporais e de gênero em vários casos (não posso afirmar que era assim em todos os povos, afinal, eram muitos). O livro cita uma carta com relatos do que estava sendo visto em Abya Yala [14], dizendo que tinha “todo tipo de pecado contra natureza” e que:

"nessa terra é muito comum que tenham mulheres usam armas, bem como todas as coisas que são ofício de homens, e tem outras mulheres com quem elas são casadas. Ele diz que a maior injúria, maior ofensa que você pode fazer é chamá-las de mulheres. Se você fizer isso, tem chance delas te darem flechadas.

Índias há que não conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios, como se não fossem fêmeas. Trazem os cabelos cortados da mesma maneira que os machos e vão à guerra com seus arcos e flechas e à caça perseverando sempre na companhia dos homens, e cada uma tem mulher que a serve, como quem diz que é casada e assim se comunicam e conversam como marido e mulher." (FERNANDES, 2019, p.29-30)

É importante pontuar que essas são as interpretações pessoais dos colonizadores, não são as palavras usadas pelos povos descritos. Reforço também que além das práticas sexuais (e de gênero), os colonos tinham grandes questões com a forma como as relações eram vividas, que estavam fora da moral cristã, e dos padrões da família ocidental monogâmica.

No artigo “Monogamia e (anti)colonialidade: uma artesania narrativa indígena” (2021), escrito por Geni Núñez [15] e alguns outros autores vemos como a imposição das condutas sexuais e relacionais dos colonizadores era fundamental para a “civilização” dos povos indígenas. Logo, podemos assumir que o controle das sexualidades, corporalidades, expressões e relações originárias sofreu grande ataque no processo de colonização. Por isso, não podemos fazer como Quijano e achar que todas essas dimensões estão intocadas pela colonialidade.

Um ponto que eu gostaria de trazer sobre a ideia de “transcestralidade” [16] é essa junção de “trans” com “ancestralidade” fala de uma busca por algo que nos orienta, que é uma referência, que abre o caminho, não necessariamente quer dizer que a gente precisa olhar para trás e chamar tudo de trans, ou usar qualquer outro conceito que a gente conhece hoje. Não vou atropelar as nomeações de um povo e dizer “nossa, essa pessoa aqui era muito não-binária” [17]. Se a gente não sabe, deixa estar. O que não quer dizer que essas existências não podem ocupar nossos imaginários e nos ajudar a criar mundos. Ao saber que isso já existiu e ainda existe, significa que o que chamamos transgeneridade, de não-binaridade tem proximidade com existências de diferentes tempos, não é uma produção “pós-moderna” e antes “tudo era cis”.

Gosto da elaboração de Angie Barbosa [18] sobre o termo transcestralidade:

"A ancestralidade é um tipo de relação com o tempo. Ter uma ancestralidade significa — mais do que pertença a uma família ou grupo — o reconhecimento de que os modos de vida de uma comunidade ao longo de toda a sua história possibilitaram e informaram os modos de vida do tempo presente, que conhecimento, histórias, e modos de relação com o mundo e as pessoas são aprendidos com aqueles que vieram antes de nós.

A reverência e respeito pela ancestralidade é a confirmação dos modos de vida de nossos ancestrais, a aderência e reconhecimento das estratégias, conhecimentos e estruturas morais que desenvolveram para sobreviver até aqui; e o compromisso de dar continuidade a este legado.

Mas como pensar, nessa chave, a ancestralidade das histórias frequentemente descontínuas, interrompidas e apagadas de pessoas trans e travestis?" (BARBOSA, 2022, sp)

Quando falamos em uma “transcestralidade indígena”, assim como tantas outras dimensões da vida originária, encontramos muitas descontinuidades, interrompimentos e apagamentos. Busco, ao menos, organizar algumas pistas... Conheci o termo Cacoaeimbeguira, em Tupi [19] (lembrando que existem várias línguas indígenas, não só o Tupi), e significa algo como “muito masculino” e podia ser usado para corpos com vulva e que eram pessoas que exerciam algo no campo da masculinidade.

E temos também Tybyra, que normalmente é divulgada como “o primeiro homossexual do Brasil”, só que para mim tá tudo errado nessa frase. Primeiro que é um ser que não é do Brasil, mas de tudo que isso aqui era antes de ser Brasil (Abya Yala). E definitivamente elu não foi a primeira pessoa a ser assim. E, por fim, ninguém disse que era um homem homossexual. Nos registros está escrito que era uma pessoa com pênis, de aparência muito feminina e que fazia sexo anal. A palavra tybyra, usada mais como um apelido, não é nome próprio, vem de uma palavra do tupi que significava “bunda”. E, falando em nossas histórias explodidas, Tybyra, por ser quem era, foi explodida na boca de um canhão, pelos colonizadores. Indico o livro do Juão Nyn [20], "TYBYRA : Uma Tragédia Indígena Brasileira" [21], uma peça feita em cima dessa história.

Para finalizar as referências, tem a Paula Gunn-Allen, que acessei por meio do texto de Maria Lugones. Em um momento, ela fala sobre o povo yuma, que se utilizava dos sonhos para designar gênero. A função de uma pessoa dentro de um povo era atribuída a partir do que ela sonhava. Se a pessoa sonhasse com armas, por exemplo, funções “masculinas” lhe seriam atribuídas. Me pergunto, no entanto, se isso seria uma atribuição de gênero e não apenas de função social... Talvez chamar certas funções de masculinas já seja uma tradução colonial.

Me interessa muito trazer a dimensão dos sonhos e da espiritualidade, porque é comum que aquilo que não é “biologia” ou “racional” seja descartado como algo falso, sendo que isso faz parte da cosmoperceção dos povos originários, é parte da nossa realidade. Tem uma premissa transfóbica, de que “gênero não é um sentimento”. Mas como assim não é um sentimento? Não sentimos o que queremos ser, fazer, com nossos corpos e vidas? A Oyèrónké usa o termo “bio-lógica” para descrever como o Ocidente opera. O sentido da visão é privilegiado e as interpretações do que pode ser um corpo vêm a partir do que é visto - por isso ela diz que os Ocidentais têm “cosmovisão”. Já outros povos têm uma “cosmopercepção”, pois privilegiam diferentes sentidos, os sonhos, o espírito, sentimentos etc. Por isso, tudo aquilo que não está dentro da bio-lógica, em contextos ocidentalizados, se torna fantasioso, irrelevante, menor, que não é a realidade, não é produtivo, não é conhecimento. É mais uma face da colonialidade do saber e é um epistemicídio.

Gostaria de compartilhar que algumas percepções bem importantes sobre mim mesme tiveram seus princípios nos terreiros de umbanda, principalmente a partir de consultas de preto velho e caboclo. Uma vez eu estava sofrendo bastante com um término, queria um jeito de reduzir a fossa. E eu sei que com preto velho não se fala de amor, mas eu estava em desespero.

É mais uma face da colonialidade do saber e é um epistemicídio.

Gostaria de compartilhar que algumas percepções bem importantes sobre mim mesme tiveram seus princípios nos terreiros de umbanda, principalmente a partir de consultas de preto velho e caboclo. Uma vez eu estava sofrendo bastante com um término, queria um jeito de reduzir a fossa. E eu sei que com preto velho não se fala de amor, mas eu estava em desespero. E aí o preto velho começou a falar “tá bom, tá bom... mas você não gosta dos dois não?”. E eu fiquei, tipo, “cara, de onde veio esse assunto? Tô aqui sofrendo por causa de mulher e você tá me perguntando se eu não gosto de homem também?”. Fiquei sem entender, mas acabou que um tempo depois essa pessoa do término mesmo se entendeu transmasculine e comecei a ter contato com outras pessoas transmasculinas, o que me levou a reavaliar meus interesses afetivo-sexuais (até o momento eu me entendia lésbica). E aí vi que tinha algo mesmo que eu não sabia sobre mim, que existia um tipo de masculinidade, que não era cis, com quem eu poderia ser feliz também. Também ouvi de um caboclo que meu espírito era dividido ao meio, metade feminino e metade masculino. Me pareceu natural, algo que já sabia, mas não fiz nada com isso. Alguns anos depois eu comecei a ouvir falar em não-binariedade, na comunidade dois-espíritos [22] e todo esse histórico dos povos originários que trouxe pra vocês. Pra mim, esse lugar do ambíguo, do não saber, da fluidez, dos sonhos, todos eles me provocam a pensar o gênero, mais especificamente, a desistência do gênero, e do binário. *Essa é a minha retomada.*

"Naquela aldeia mora
uma cabocla
Dizem que é homem,
mas ela é mulher
Ela é cabocla Ita [23]
da pena cinzenta
Mora na aldeia de
Tapinaré"

(ponto do Catimbó-Jurema e da Umbanda)

"Indivíduos dois-
espíritos e pessoas não-
binárias não-brancas
E pessoas trans
Não estão rompendo
com papéis sociais ou
Normas de gênero
Nós estamos apenas
praticando
Nossa memória ancestral
E nossas antigas
compreensões culturais
[24]"

(Two-Spirit Anthem - Bobby Sánchez)

NOTAS

[1] Maria Lugones foi uma socióloga, professora, feminista e ativista argentina, radicada nos Estados Unidos. Era professora de literatura comparada e estudos femininos da Universidade de Binghamton, em Nova Iorque.

[2] Colonialidade do Gênero é um conceito que foi criado pela socióloga Maria Lugones, buscando explicar o papel que o colonialismo europeu exerceu na imposição das estruturas de gênero colonial europeia para os povos indígenas das Américas.

[3] Oyèrónké Oyéwùmí é uma pesquisadora oxunista nigeriana e professora associada de sociologia na Universidade Stony Brook. frequentou a Universidade de Ibadan e a Universidade da Califórnia em Berkeley. A autora estabelece duras críticas ao feminismo.

[4] Estevão Fernandes possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2005) e Doutorado em Ciências Sociais (Estudos Comparados sobre as Américas) pela Universidade de Brasília (2015). Dedicou-se ao estudo da homossexualidade nos povo indígenas das Américas, com enfoque no Brasil.

[5] Paula Gunn Allen foi uma poetisa, crítica literária, ativista, professora e romancista que nasceu no México e viveu, por um tempo, na Califórnia (EUA).

[6] Aníbal Quijano foi um sociólogo e pensador humanista peruano.

[7] Yin e Yang são conceitos do taoismo que expõem a dualidade de tudo que existe no universo. Descrevem as duas forças fundamentais opostas e complementares que se encontram em todas as coisas: o yin é o princípio da noite, Lua, a passividade, absorção. O yang é o princípio do Sol, dia, a luz e atividade.

[8] Rita Segato é antropóloga feminista e escritora argentina residente entre Brasília e Tilcara. É especialmente conhecida por suas investigações sobre questões de gênero nos povos indígenas e comunidades latino-americanas, sobre violência de gênero e as relações entre gênero, racismo e colonialidade.

[9] O yorùbá ou iorubá é um dos mais de 250 idiomas falados na Nigéria e em alguns outros países da África Ocidental.

[10] O Candomblé é uma religião de matriz africana que cultua os orixás. O termo candomblé vem da junção das palavras quimbundo candombe (dança com atabaques) + iorubá ilê (casa), que significa casa da dança com atabaques.

[11] O censo ou recenseamento demográfico é um estudo estatístico referente a uma população que possibilita o recolhimento de várias informações, tais como o número de homens, mulheres, crianças e idosos, onde e como vivem as pessoas. Esse estudo é realizado, normalmente, de dez em dez anos, na maioria dos países.

[12] Endosexo são todas pessoas que possuem características sexuais que se encaixam nas típicas noções binárias de corpos masculinos e femininos. Todas pessoas que não são intersexo.

[13] Mamoplastia é a cirurgia plástica feita nas mamas humanas, podendo ser de aumento, quando acrescenta-se materiais como o silicone, ou de redução, quando o médico retira parte do tecido mamário para reduzir seu volume.

[14] Abya Yala, da língua do povo Kuna, significa terra madura, terra viva ou terra em florescimento e é era usada para denominar, aproximadamente, o território das Américas. O termo vem sendo difundido pelos povos originários como forma de resistência à heteronomeação colonial “Brasil”.

[15] Geni Núñez é doutora no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC), mestre em Psicologia Social (UFSC) e psicóloga pela mesma universidade. É ativista indígena guarani, co-assistente da Comissão Guarani Yvyrupa e membro da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Conselho Federal de Psicologia (CFP). É autora dos livros “Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar”, pela editora Planeta de Livros (2023) e do livro infantil “Jaxy Jatere, o saci guarani”, pela editora Harper Collins/ Harper Kids (2023).

[16] Conceito desenvolvido por Renata Carvalho, travesti, atriz, dramaturga e diretora teatral brasileira. A atriz descreve-se também como transpóloga, uma combinação dos termos trans e antropóloga devido ao seu amplo trabalho de investigação sobre experiências e corpos trans e a sua formação em Ciências Sociais.

[17] Não-binariedade ou identidade não binária é um termo que pretende nomear as identidades de gênero que não são estritamente masculinas ou femininas, estando portanto fora do binário de gênero (Mulher ou homem) e da cisnatividade.

[18] Angie Barbosa é travesti, artista visual, integrante da coletiva wonder de teatro. Se dedica de modo autônomo aos estudos feministas e aos estudos queer/trans e busca realizar iniciativas de educação popular sobre gênero e sexualidade para pessoas trans.

[19] Língua indígena do tronco linguístico tupi-guarani.

[20] Juão Nyn é multiartista, atua na performance, no teatro, no cinema e na música. Potyguar(a), 31 anos, militante do movimento Indígena do RN pela APIRN, integrante do Coletivo Estopô Balaio de Criação, Memória e Narrativa, da Cia. de Arte Teatro Interrompido e vocalista/compositor da banda Androide Sem Par.

[21] Prese à boca de um Canhão, prestes a ser executado por sodomia por soldados franceses, Tybyra, indígena Tupinambá, relembra a própria vida e propaga suas últimas palavras como se, depois de relâmpagos, o som dos trovões saísse de sua boca.

[22] Two Spirit é um movimento surgido nos Estados Unidos e Canadá desde meados dos anos 1980, que busca recuperar o papel sagrado que os indígenas cujas sexualidades e identidades de gênero operam fora do modelo hegemônico em suas culturas. "As posições two-spirit trazem, em sua raiz, uma forte crítica ao processo de colonização, pois partem do argumento de que tal papel sagrado teria sido esquecido pelos indígenas devido ao avanço da moral branca, europeia, cristã e heterossexual imposta àqueles povos ao longo da história" (FERNANDES, 2019, p.177)

[23] Itá significa “pedra” em tupi antigo.

[24] Livre tradução do inglês.

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS:**

BARBOSA, Angie. Transcestralidades: trauma, violência e futuro fora do parentesco. Ruído Manifesto. 2022. Disponível em: <https://ruidomanifesto.org/transcestralidades-trauma-violencia-e-futuro-fora-do-parentesco-por-angie-barbosa/>. Último acesso: 16 de Dez de 2023:

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

NÚÑEZ, Geni. OLIVEIRA, João. LAGO, Mara. Monogamia e (anti)colonialidade: uma artesania narrativa indígena. Revista Teoria e Cultura. v. 16 n. 3: Dossiê Afetos, políticas e sexualidades não-monogâmicas. 2021.

OYÉWÙMÍ, Oyérónké. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. tradução wanderson flor do nascimento.-1. ed.– Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

FERNANDES, Estevão R. “Existe índio gay?”: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil. Curitiba: Editora Prismas, 2019.

GUNN-ALLEN, Paula. The Sacred Hoop: Recovering the Feminine in American Indian Traditions. Beacon Press. 2021.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-cadernos ces [Online], 18. 2012. Disponível em: <http://eces.revues.org/1533>